

---

dialogia

# EDITORIAL

*/ EDITOR'S NOTE*

---

## Ensino Médio: diagnósticos, desafios e propostas (II)

Este número da revista *Dialogia* (edição número 24, de dezembro de 2016) tem como tema de seu Dossiê o *Ensino Médio: diagnósticos, desafios e propostas*, seguindo o mesmo tema da edição de número 23, tendo em vista sua relevância para o momento do debate nacional e a recepção de número significativo de artigos de alta qualidade.

Neste ano, o Ensino Médio tem estado no centro das atenções no âmbito educacional, sobretudo devido às ocupações das escolas, em vários estados do país, como forma de protesto ao modo como têm sido propostas ações de reorganização de redes públicas estaduais e também o modo como foi apresentada a Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016, que Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Tal medida altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Como se observa na imprensa, em geral, essa mudança tem causado reações imediatas entre docentes, sindicatos, associações de pesquisadores e estudantes, em especial a respeito da reforma curricular proposta.

Por outro lado, agentes do governo federal insistem que essa medida visa acelerar a votação do Projeto de Lei n.º 6.840/2013, que versa sobre a instituição da jornada de tempo integral no Ensino Médio e a reorganização do currículo em áreas do conhecimento, entre outras providências. A leitura de ambos os documentos deixa ver que não vão em direções opostas; mas não fica claro porque foi tomado o caminho da edição de uma medida provisória, por parte do Ministério da Educação para dar encaminhamento ao tema.

A urgência colocada em razão dos maus resultados do Ensino Médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é elemento que exige mobilização. Mas é preciso ouvir as diversas vozes que se colocam neste momento, sobretudo as dos estudantes dessa modalidade de ensino, na escola pública – uma vez que as escolas privadas parecem não ter o mesmo tipo de insatisfação sendo colocada.

Aliás, esse é um ponto que deve provocar pesquisadores à reflexão: o que está acontecendo com o Ensino Médio público, já que é a ele que se dirigem os maiores protestos e críticas de toda ordem? Quando alunos de Ensino Médio afirmam que estão aprendendo mais por meio das atividades que eles mesmos estão organizan-

do nas ocupações, do que nas aulas regulares, não só governos e *policy makers* devem preocupar-se, mas gestores e professores. É sobre questões e experiências como essas que têm impactado o Ensino Médio que se debruçam os autores do dossiê deste número.

Em entrevista à *Dialogia*, intitulada *Políticas educacionais para o Ensino Médio e sua gestão no Brasil contemporâneo*, os professores Francisco de Moraes e José Küller abordam a temática, considerando sua experiência no “Sistema S”, especialmente no Serviço Nacional do Comércio, de São Paulo (Senac SP)

Abrindo o Dossiê, encontra-se o texto de Francisco das Chagas Silva e Souza, Ulisséia Ávila Pereira e Iaponira da Silva Rodrigues, *Ensino Médio Integrado e Formação Docente: impasses e proposições*, no qual o autor e as autoras partem da constatação de que a educação brasileira apresenta como marca o divórcio entre a formação geral e a profissional, a teoria e a prática, para apresentarem o Ensino Médio Integrado (EMI) como uma possibilidade de superação dessa dualidade histórica e discutirem a relevância da formação dos docentes que atuam ou atuarão na Educação Profissional, com destaque para o EMI. Valem-se da revisão de literatura para discutirem os fundamentos em que se assentam o EMI, os desafios para a sua implementação e as proposições para uma formação de professores que os torne capazes de desenvolver práticas que promovam a articulação entre a formação geral e a profissional.

José Tarcísio Grunennvaldt, Evandro Silva Alves e Givanildo Fávero apresentam *A Educação Física e o Ensino Médio: pela possibilidade da mediação entre o “fazer com” e o “falar de”*, artigo em que argumentam sobre o que chamam de pretensão da Educação Física de ser como as demais disciplinas escolares no Brasil, o que consideram uma ambivalência que pode matar a sua especificidade e, principalmente, a legitimidade que os alunos lhe consagram. Para os autores, essa situação configura-se como um paradoxo com o qual a Educação Física está envolvida desde a década de 1980 e que vai assumindo contornos de um dilema. Nesse contexto, os autores propõem submeter a Educação Física escolar a uma leitura retrospectiva e prospectiva para localizar indícios de origem que possam evidenciar marcas na atualidade das dificuldades dessa disciplina em materializar-se e assumir sua legitimidade como componente curricular no Ensino Médio.

Em *Ensino Médio no Brasil: diagnóstico e finalidade pedagógica*, Gislaíne de Medeiros Baciano discute a formação que tem sido promovida nas escolas de Ensino Médio no Brasil, considerando os desafios e as possibilidades que a autora vê para que se consolide a universalização desta etapa da Educação Básica. Por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica, Baciano traça o histórico, a regula-

mentação legal, os índices de matrícula, rendimento e evasão, além de argumentar sobre a finalidade pedagógica do Ensino Médio, em que verifica que, enquanto a legislação permanece dúbia e os especialistas discutem sobre a formação que deve ser promovida, os jovens brasileiros cursam o Ensino Médio em diversas e desiguais condições, o que faz com que a formação geral permaneça precária e a formação técnica insuficiente.

José Clovis de Azevedo, em *Ensino Médio politécnico: a experiência do Rio Grande do Sul*, toma como objeto de estudo a discussão da Reforma do Ensino Médio, implantada no período de 2011-2014, na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, cujas referências estão expressas nos conceitos de politecnia, trabalho como princípio educativo, interdisciplinaridade, gestão democrática, trabalho coletivo, pesquisa como princípio pedagógico e avaliação emancipatória. Utiliza como material deste estudo os documentos legais, as normativas e orientações da secretaria estadual, os dados de reprovação e abandono, e os elementos de duas pesquisas que investigaram a experiência. Sua análise parte do pressuposto de que a Reforma integra uma política educacional elaborada a partir do diagnóstico dos resultados negativos do Ensino Médio ao longo dos últimos anos e dos novos instrumentos legais disponíveis a partir da década passada e busca identificar os conflitos e as contradições na implantação da política, bem como os avanços alcançados e as potencialidades dessa Reforma para responder aos desafios do Ensino Médio.

Percebe-se, nos quatro textos que compõem o Dossiê, as inquietações que há tempos rondam o Ensino Médio brasileiro, como aquelas que dizem respeito à formação que tem sido oferecida, os problemas com a formação inicial de professores desse nível de ensino e o papel das disciplinas escolares na constituição da escola. Mas há, igualmente, reflexões acerca dos rumos que têm se oferecido para encaminhar tais questões. Pode-se encontrar, ainda, o estudo sobre uma reforma levada a efeito, cujo intuito foi propor um modo de trazer ao Ensino Médio a qualidade almejada.

Por este quadro de contribuições, reafirmamos a relevância que anunciamos na introdução deste editorial, em organizar um segundo número de *Dialogia* com a mesma temática.

Na seção Artigos, iniciamos com o texto de Paulo Sérgio Garcia, Leandro Campi Prearo e Maria Carmo Romeiro, intitulado *Educação Básica: Base Nacional Comum e infraestrutura escolar*, em que os autores entendem que a discussão atual sobre a Base Nacional Comum é legítima quando a questão é tornar a escola mais democrática e de qualidade, mas temem que suas consequências ampliem ainda mais o controle e a pressão sobre as escolas e os professores. Os autores examinam, no Censo Escolar de 2013, a questão da infraestrutura das es-

colas municipais e estaduais brasileiras e sua relação com o desenvolvimento dos conhecimentos da Base. Verificam que a discussão sobre a Base não foi precedida ou mesmo concomitante com outra sobre a infraestrutura escolar. Argumentam que, sem tal debate, que deveria incluir as questões de investimentos, a infraestrutura continuará a ser um fator potencializador para alguns jovens e limitante ou excludente para outros. Concluem que a Base Nacional Comum Curricular somente poderá auxiliar na redução das desigualdades escolares se considerar a discussão da infraestrutura das escolas.

Em *Gestão escolar pública: refém do Ideb?*, Márden de Pádua Ribeiro observa que o fato de o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representar, hoje, a principal fonte de análise da qualidade da Educação brasileira pode tornar a escola demasiadamente submissa ao índice. Assim, realiza um trabalho de reflexão teórica, a partir de pesquisa bibliográfica, que problematiza os impactos do Ideb na gestão escolar pública, para defender uma gestão responsável, mas livre de tais amarras que tendem a operar em uma lógica punitiva à instituição escolar.

*Um jogo como ferramenta para a inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais* é o artigo produzido por Marlucy Campos de Almeida Reisinger de Souza, Adriana de Oliveira Henrique, Francisco Roberto Pinto Mattos e Christine Sertã Costa, o qual apresenta um relato sobre o caráter agregador e cooperativo obtido com a utilização de recursos lúdicos na sala de aula, como ferramentas poderosas na construção do conhecimento e desenvolvimento da autonomia. Para as autoras e o autor, esses recursos requerem algumas adaptações para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, privilegiando a aprendizagem significativa dos temas do cotidiano. Os autores desenvolveram e aplicaram um jogo que trabalha questões pertinentes à educação financeira, com foco no Sistema Monetário Brasileiro, adaptado para crianças com necessidades especiais do primeiro segmento do ensino fundamental, em duas escolas públicas do Rio de Janeiro. Neste artigo, eles descrevem todo o processo e refletem sobre essas experiências, para motivar outros educadores à mesma prática.

Geraldo Eustáquio Moreira, Leandro Frederico da Silva e Andreza Fiorini Perez Rivera, em *A (in)formalização da linguagem matemática na transição da Aritmética para a Álgebra*, consideram que a introdução da linguagem algébrica nas aulas de Matemática pode ser bastante traumática e causar rupturas para o aluno, ainda acostumado apenas com os estudos de Aritmética. Por isso, observam a necessidade da discussão sobre a linguagem envolvida nessa transição. Evidenciam a necessidade de propor situações didáticas que possibilitem e garantam a compreensão dos primeiros conceitos algébricos e de uma reflexão

da ação linguística praticada em sala de aula. Salientam, também, a eficácia da linguagem do livro didático que dispõe de um conjunto próprio de símbolos na produção de significados. Concluem, ressaltando a importância de investigar as relações entre linguagem e Matemática, para que se verifique até que ponto a linguagem cotidiana interfere no processo de ensino-aprendizagem da Matemática.

Em *A educação integral e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: uma história, uma experiência (1993-2014)*, Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho parte da premissa de que a educação integral é um conceito valioso para o campo pedagógico, pois expressa um ideal de formação humana. A autora avalia que, apesar de o conceito se difundir nos discursos políticos e nos debates acadêmicos, permanece uma ideia ainda muito distante da realidade escolar brasileira. A pesquisa é realizada na única instituição de educação integral no município de Seropédica (RJ). Busca compreender como foi e como está implantado o projeto nessa escola, hoje, uma escola de educação infantil e ensino fundamental que se tornou um importante locus de formação para os estudantes de todas as licenciaturas. A autora se fundamenta, sobretudo, na pesquisa bibliográfica, em documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico escolar, em legislações fundantes, como o decreto de criação do projeto, assim como em entrevistas realizadas com algumas gestoras da instituição. O estudo evidencia a importância da educação integral para a cidade e para a comunidade universitária, ao mesmo tempo em que revela uma forte contradição: o distanciamento entre universidade e escola.

Solange Maria de Oliveira Cruz e Marli dos Reis dos Santos, com o artigo intitulado *As representações sociais das professoras de Educação Infantil sobre o brincar*, apresentam os discursos das professoras de Educação Infantil e analisam suas representações sociais a respeito do brincar. As autoras coletaram os discursos por meio de um curso de formação a distância de uma rede pública de ensino brasileira, localizada em uma cidade do litoral paulista. A partir desses discursos, buscaram estabelecer uma relação com a teoria das representações sociais e das teorias sobre o brincar. Compreenderam como a vivência e a possibilidade de desenvolver o brincar alimentam a prática educativa das docentes, bem como contribuem para a formação de novos saberes e para a identidade dessas profissionais.

*Caminhos do pensar* é o artigo de Cleide Rita Silvério de Almeida, Mariangelica Arone e Alexandro Junior de Santana, que se fundamenta em fontes de natureza bibliográfica, tendo por objeto o pensar bem e o pensar certo, com o objetivo de abrir espaços à reflexão da ação docente e contribuir para a melhoria da educação básica, indo além das concepções de “cabeça cheia” e “educação bancária”. A fundamentação teórica vem de Edgar Morin e Paulo Freire, que trazem o pensar como elemento fundamental para a emancipação do sujeito. As autoras e o autor

afirmam que o encontro entre Morin e Freire se deu por meio de excertos de alguns de seus textos, e que as concepções retratadas no diálogo estabelecido pelos escritos dos dois autores podem despertar uma inquietação profunda, capaz de produzir um senso incomum, escapando, desta forma, de um pensamento fechado e compartimentado que empobrece a busca e a descoberta de novos conhecimentos.

Jason Mafra e Cláudio de Souza apresentam o texto *Formação de professores e o currículo cultural da Educação Física: uma etnografia sobre a prática pedagógica*. Nesse trabalho, os autores partem da experiência da rede pública municipal de São Bernardo do Campo, que, no ano de 2014, recebeu professores de Educação Física, para atuarem no ensino fundamental I, em todas as Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs). Neste estudo, por meio de um exercício etnográfico, os autores se propõem verificar o tratamento do currículo cultural da Educação Física, a partir da experiência escolar de um docente dessa rede pública, para problematizar a formação dos docentes nas práticas pedagógicas desta disciplina.

Nos oito textos que compõem a seção Artigos, as discussões abrangem prática pedagógica, dispositivos legais que conformam a educação nacional, discussão curricular, participação (ou não) da comunidade em geral no encaminhamento de questões basilares à educação pública, representações docentes e a importância do pensar na prática docente. Abordam, ainda, dois temas muito caros à literatura educacional: a parceria entre a escola básica e a universidade, assim como a pressão que vem sendo exercida sobre escolas, professores, alunos e pais para alcançarem as metas de desempenho verificadas pelo Ideb, uma questão que abrange não só a educação nacional, mas também sua relação com demandas internacionais.

As resenhas deste número são apresentadas por Vânia Cristina Selarin e por Geuid Cavalcanti da Silva Filho, remetendo os leitores, respectivamente, aos livros *Educação, Convivência e Ética: Audácia de esperança!*, de Mario Sergio Cortella. São Paulo: Cortez, 2015. 118 p. — obra que trata de elementos relevantes na busca de uma educação mais humanizadora — e *Currículos Integrados no Ensino Médio e na educação profissional: desafios, experiências e propostas*, de Francisco de Moraes e José Antonio Küller. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016. 398 p. — obra de interesse acerca do currículo do Ensino Médio.

A todos, ótima leitura!

**Patrícia Aparecida Biotto-Cavalcanti e Rosemary Roggero**  
Editoras